

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.378 - PR (2020/0277515-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ROSSI RESIDENCIAL SA
ADVOGADOS : JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA - MG090461
IGOR GOES LOBATO - MG103645
HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG091263
AGRAVANTE : BELINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
AGRAVADO : IZAIAS LACERDA DE SOUZA
ADVOGADOS : FLÁVIA IRIS PAIÃO - PR033180
CLAUDIO ADRIANO SANTA ROSA - PR038382

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BELINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS À MONITÓRIA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA RETENÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE GARANTIA AUSÊNCIA DE RESTITUIÇÃO APÓS O TÉRMINO DA OBRA TROCAS DE EMAILS COM PREPOSTOS DA RÉ DOCUMENTOS HÁBEIS À PROPOSITURA DA DEMANDA A COGNIÇÃO EXERCIDA NA PRIMEIRA FASE DA AÇÃO MONITÓRIA É SUPERFICIAL E AO AUTOR INCUMBE DEMONSTRAR SOMENTE POR MEIO DE PROVA ESCRITA A RELAÇÃO JURÍDICA COM O RÉU E A EXISTÊNCIA PROVÁVEL DO DÉBITO E NA HIPÓTESE EM ANÁLISE O “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA” OS EMAILS TROCADOS COM REPRESENTANTES DE RÉ NOS QUAIS SE DISCUTIRAM OS VALORES DEVIDOS E AS DATAS DE PAGAMENTO E O DEMONSTRATIVO DO VALOR ATUALIZADO DA DÍVIDA SE PRESTARAM A ESTES FINS APELAÇÃO NÃO PROVIDA

Alega a recorrente violação dos arts. 320, 321 e 330, I, do CPC, além de dissídio jurisprudencial, diante da inépcia da inicial da ação monitória, pela ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, trazendo os

seguintes argumentos:

Prima facie, em que se pese as decisões assertivas da 15ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, o v. acórdão merece ser reformado ante a violação expressa dos artigos 320, 321 e 330 do Código de Processo Civil, uma vez que é patente a inépcia da petição inicial ante ao conjunto probatório.

Neste sentido, como amplamente comprovado pela Recorrente, os documentos que foram juntados pela Recorrida não trazem carga probatória aos autos o que à torna inepta a peça inaugural de plano, tendo o v. acórdão ao confirma a r. sentença que acatou como provas tais documentos violado a legislação federal em específico o código de processo civil. Ínclitos Julgadores, veja que não buscamos aqui a reanálise da matéria fático probatória e sim a inaplicabilidade dos artigos 320, 321 e 330, I, do Código de Processo Civil. (fls. 308).

Nobre julgadores, no caso em debate a Recorrida se refere à falsa acusação de fato delituoso, porém, não junta a exordial qualquer documento que comprove a existência do débito da Recorrente em seu favor, assim, como já a diz a máxima doutrina: "o que não está nos autos não consta do mundo do processo". (fls. 309).

Tanto o acórdão recorrido quanto os acórdãos utilizados como paradigmas tratam do julgamento de recursos que apreciam o pleito da Recorrente a inépcia da inicial por ausência de documentos indispensáveis a propositura da inicial.

No caso em tela, entenderam por bem os Nobres Julgadores a quo, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em declarar a ausência de documentos indispensáveis a inicial. Diversamente, no acórdão paragonado, que entendeu que os documentos juntados aos autos demonstram a verossimilhança da alegação da Recorrida. Todos os acórdãos que seguem anexos a presente peça servem, inclusive, como paradigmas para o caso em comento e, caso Vossas Excelências entendam, requer a Recorrente que assim também sejam considerados. (fls. 312).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em que pese a embargante defenda a impossibilidade de acolhimento, como prova documental válida, das cópias de e-mail acostadas à inicial, convém destacar que, nos termos do art. 369 do CPC, "As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que , não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa" inexistindo qualquer vedação

legal à juntada das cópias de e-mails nos moldes em que foram trazidas.

Tal como exposto nas razões recursais, a sua autenticidade poderia haver sido certificada por meio de perícia. No entanto, em momento algum a embargante suscitou a falsidade dos documentos, como preconiza o art. 430 do CPC, limitando-se a defender a sua inadmissibilidade no processo em razão de aspectos formais, deixando de impugnar o conteúdo das conversas ou mesmo de pleitear a produção de provas capazes de desconstituí-lo.

Note-se que a embargante não traz qualquer alegação quanto à qualidade dos serviços prestados pela parte autora e tampouco nega a retenção dos valores, mesmo porque defendeu o adimplemento da obrigação, deixando de trazer, contudo, qualquer indício de prova nesse sentido, além de não apresentar qualquer impugnação ao valor pleiteado pela parte autora, alegando, tão somente, que não seria “possível (mov. 26.1 – p. 06). auferir a cifra mencionada, da simples leitura dos (...) documentos” Nessa perspectiva, tem-se que a parte autora demonstrou a ausência de repasse dos valores retidos como garantia do “Contrato de Prestação de Serviços de Mão de Obra Especializada” firmado entre as partes, desincumbindo-se, assim, do ônus imposto pelo inciso I do artigo 373 do CPC, enquanto a parte ré não logrou êxito em desconstituir as provas do débito acostadas à inicial, contrariando o disposto no inciso II, deixando, ademais, de demonstrar a adimplemento alegado.

Convém destacar que a cognição exercida na primeira fase da ação monitória é superficial, e ao autor incumbe demonstrar somente, por meio de prova escrita, a relação jurídica com o réu e a existência provável do débito.

[...]

Nesse contexto, é de se reconhecer que os documentos que instruíram a petição inicial atenderam, satisfatoriamente, aos requisitos fixados pelo art. 700, §2º, do NCPC, e pela doutrina acerca do que vem a ser prova escrita. E por eles, ao contrário do que sustenta a embargante, ora apelante, pode-se saber a origem do débito e a evolução do saldo devedor, possibilitando a impugnação dos cálculos.

Isto posto, demonstrada a ausência de repasse, pela ré, dos valores retidos como garantia do “Contrato de Prestação de Serviços de Mão de Obra Especializada” firmado entre as partes, é de se manter a sentença que constituiu título executivo judicial em favor da parte autora. (fl. 289)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Sobre o tema: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido”. (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

E ainda: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente